Edição nº 50 – 22 de junho 2020

O que está sendo feito?

1. Giac apresenta acordo firmado sobre kit intubação em reunião extrajudicial de conflitos

O subprocurador-geral da República Hindemburgo Chateaubriand e os promotores de Justiça Jairo Bisol e Rafael Meira, da coordenação do Giac, participaram nessa sexta-feira (19) da reunião extrajudicial para resolução de conflitos decorrentes da pandemia de covid-19. O encontro semanal é promovido pela Secretaria de Governo (Segov) da Presidência da República, com representantes de diversos órgãos, como Conselho Nacional de Justiça, Advocacia-Geral da União, Defensoria Pública da União, Ministérios, entre outros.

No encontro, os representantes do Giac falaram sobre o acordo mediado pelo Gabinete Integrado e firmado pelo Ministério da Saúde, Anvisa, estados e municípios para solucionar a falta de medicamentos do kit intubação em vários estados do país. O acordo prevê a redistribuição do estoque já comprado entre os estados, por meio da sub-rogação de contratos vigentes; a realização de licitação centralizada pelo Ministério da Saúde, por meio de ata de registro de preços e posterior adesão por estados e municípios; além de consulta à Organização Panamericana de Saúde para estudar a possibilidade de comprar os remédios no exterior e em quanto tempo poderiam ser disponibilizados. A solução foi consolidada em reunião da Comissão Intergestores Tripartite do SUS.

Foram discutidas também questões afetas aos indígenas, como entrega de cestas básicas, isolamento e proteção de aldeias, entre outras. Haverá reunião específica para tratar da pauta indígena, com a participação do Giac, CNMP, CNJ, Ministério da Defesa, ANTT, Segov e 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.

2. Câmara Criminal do MPF orienta membros sobre atuação em caso de fraude no auxílio emergencial

A Câmara Criminal (2CCR) aprovou nesta segunda-feira (22) orientação para a atuação dos membros do MPF em relação à comunicação de fatos criminosos envolvendo solicitação e recebimento indevido do auxílio emergencial. A medida tem o objetivo de traçar diretrizes para garantir agilidade e efetividade ao trabalho institucional diante das inúmeras denúncias de irregularidades recebidas pelo MPF. De acordo com o normativo aprovado, respeitada a independência funcional, o membro deve instaurar procedimento investigatório criminal ou requisitar a instauração de inquérito policial sempre que constatados indícios da ocorrência de fraude sistêmica ou praticada por grupos ou organizações criminosas. Nas demais situações, deve recorrer a mecanismos disponíveis nas vias administrativa e cível. O objetivo, segundo a 2CCR, é evitar múltiplas atuações em casos individuais que sobrecarregariam o sistema de justiça penal, com baixos resultados concretos. Leia mais.

3. MPT/RN reverte R$ 2,1 milhões para realização de testes para covid-19

O Ministério Público do Trabalho no Rio Grande do Norte destinou R$ 2,1 milhões para a aquisição de equipamentos e insumos necessários para o processamento de testes para a detecção da covid-19 pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Os valores são originários de acordo judicial firmado entre a Companhia Energética do Rio Grande do Norte (Cosern) e o MPT/RN, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, que reverteu um total de R$ 13 milhões para ações de prevenção e de combate ao novo coronavírus no estado. A aquisição das máquinas irá dobrar a capacidade de realização de testes da covid-19 do Instituto de Medicina Tropical (IMT) da UFRN.

4. MPT/DF pede reintegração de trabalhadores demitidos da churrascaria Fogo de Chão em Brasília

O Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal (MPT/DF) ajuizou ação pedindo a reintegração de todos os empregados demitidos pela Churrascaria Fogo de Chão em Brasília (DF), além da proibição de novas dispensas em massa sem a prévia negociação coletiva com o sindicato profissional. A ação solicita ainda a manutenção do plano de saúde dos empregados dispensados enquanto durar a situação de calamidade pública. O MPT pede que os funcionários demitidos recebam cesta de alimentação e indenização no valor equivalente ao quádruplo de sua remuneração, além da garantia de preferência na recontratação, por ocasião da retomada das atividades empresariais. Cobra, também, o pagamento de indenização no valor de R$ 20 milhões, a título de dano moral coletivo. Ao todo, 414 empregados da Fogo de Chão foram demitidos em Brasília (255), Rio de Janeiro (112) e São Paulo (42). Leia mais.

5. Cartilha traz dicas para mulheres, gestantes e mães de bebês neste momento de pandemia

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão enviou ao Giac, via ofício, a cartilha “Mulheres na covid-19”, produzida pela Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. O material traz dicas de saúde para gestantes e mães de bebês, orientações para as mulheres que estejam em situação de violência doméstica no contexto da pandemia e do isolamento social e informações sobre empreendedorismo e mercado de trabalho. Acesse a íntegra aqui.

6. Após recomendação, frigorífico vai realizar testes de covid-19 em 1,5 mil funcionários

Após recomendação do Ministério Público Federal (MPF) e do Ministério Público do estado de São Paulo (MP/SP), o frigorífico FrigoEstrela, em Estrela D’Oeste (SP), vai realizar testes para detecção do novo coronavírus

em todos os seus 1,5 mil funcionários. A medida foi recomendada pelos MPs depois de ser verificado que um número considerável de trabalhadores da empresa está entre os infectados pela covid-19 no município e em outras cidades do noroeste paulista. A recomendação também foi direcionada à prefeitura de Estrela D'Oeste, para que intensifique a fiscalização e verifique se o frigorífico está de fato executando os testes conforme informado. Leia mais.